

O Estatuto Ontológico-Epistêmico das Verdades Eternas Cartesianas

*Rafael dos Santos Ongaratto*¹

RESUMO

Este artigo procura revisar a maneira de se compreender a tese cartesiana sobre a criação divina das verdades eternas, uma tese muito controversa defendida por Descartes em algumas de suas cartas. Procuo entender de que modo essa tese determina a natureza metafísica e epistêmica das verdades eternas, e quais problemas se colocam para essa doutrina. Por fim, sugiro uma interpretação sobre a doutrina cartesiana cujo fio condutor é o desenvolvimento posterior de Saul Kripke sobre a noção de verdades contingentes *a priori*, e desenvolvo como ela resolve alguns problemas em contraste com outras interpretações, assim como considero possíveis objeções e dificuldades.

PALAVRAS-CHAVE

Descartes; Criação das verdades eternas; Saul Kripke; Contingente *a priori*.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ongarratorafa@gmail.com . CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4406877399355817> .

The Ontological-Epistemic Status of the Cartesian Eternal Truths

ABSTRACT

This essay aims to revise the cartesian thesis on the creation of eternal truths, a much controversial thesis defended by Descartes in some of his letters. I try to understand in what way this thesis determines the metaphysical and epistemic nature of eternal truths, and which problems arise out of this doctrine. Finally, I suggest an interpretation about the cartesian doctrine whose conducting line is Saul Kripke's posterior development on the notion of contingent a priori truths, and I further develop how it solves some problems in opposition with other interpretations, and I also consider possible objections and difficulties.

KEYWORDS

Descartes; Creation of eternal truths; Saul Kripke; Contingent *a priori*.

Introdução

O presente artigo busca compreender quais são as implicações ontológicas e epistêmicas da doutrina de Descartes sobre a criação das verdades eternas para a própria caracterização do estatuto das verdades eternas no sistema filosófico cartesiano. O objetivo ulterior dessa análise é sugerir uma interpretação epistêmica sobre essa doutrina, tendo como chave de leitura os desenvolvimentos posteriores de Saul Kripke para a lógica modal, em especial em *Naming and Necessity*. Inicialmente, considero a leitura de Harry Frankfurt sobre as verdades eternas, em *Descartes on the Creation of Eternal Truths*. Em seguida, são feitas duas críticas à concepção frankfurtiana, tendo como base a interpretação alternativa contida em *Descartes on the Creation of the Eternal Truths*, de E. Curley. Por fim, pretendo esboçar uma interpretação na qual as verdades eternas são contingentes *a priori*, que pretende resolver (parcialmente) os problemas interpretativos atribuídos à interpretação de Frankfurt. Como na interpretação que nomeio por kripkeana, portanto, Descartes – ao propor sua doutrina da criação das verdades eternas – articula a noção de uma verdade contingente *a priori*, ele teria conseguido antecipar, ao menos que parcialmente, uma teoria filosófica revolucionária do século XX, em que a categoria da *prioridade* é desvinculada da necessidade.

Certamente, uma das teses mais surpreendentes de Descartes é a doutrina da criação das verdades eternas: até mesmo as verdades lógicas são criação de Deus¹. Como devemos entender essa tese, eis o objetivo deste trabalho; no entanto, de todo modo, *prima facie*, a afirmação de que as leis da lógica são – de algum modo – dependentes de Deus é uma inovação cartesiana em relação à filosofia escolástica² (em uma simplificação

¹ As verdades lógicas são apenas uma das verdades eternas. Descartes também considera as verdades matemáticas, as verdades morais e algumas verdades físicas como verdades eternas. Sobre as verdades matemáticas serem verdades eternas, conferir as *Respostas às Sextas Objeções*, ponto 8: É também inútil perguntar como Deus poderia ter feito desde toda a eternidade que 2 vezes 4 não tivessem sido 8, etc., pois confesso que não podemos compreender isso. (GLEIZER (trad.), 2012, p. 213). Nesse caso, Descartes aponta para o fato de que, com respeito às verdades matemáticas, nosso entendimento não é capaz de imaginar uma outra configuração que não a atual, e essa caracterização, desse modo, alocaria as verdades matemáticas nas verdades eternas. Em relação às verdades morais, conferir as *Respostas às Sextas Objeções*, ponto 6: ‘[...] o mesmo não ocorre com o homem, o qual, encontrando a natureza da bondade e da verdade já estabelecida por Deus [...]’ (GLEIZER (trad.), 2012, p. 212). Sobre as verdades físicas e lógicas, cf. Extrato da Carta a Morus de 05 de fevereiro de 1649 (GLEIZER (trad.), 2012, p. 216-217).

² Ver CURLEY, 1984, p. 583-584, para uma discussão muito mais detalhada sobre as posições escolásticas, comparando Tomás de Aquino e Suarez. Em virtude da extensão do presente trabalho, e de meu pouco conhecimento sobre a filosofia escolástica, apenas dou a indicação dessa disputa entre Aquino e Suarez, mas não a desenvolvo.

grosseira, para os escolásticos as leis da lógica eram ligadas à intelecção divina, mas não à vontade divina).

A interpretação padrão e suas dificuldades

Assim, pretendo examinar as implicações ontológico-epistêmicas derivadas da seguinte tese:

(T1) As verdades eternas são criadas por Deus.

Uma primeira tentativa de entender o que T1 expressa seria do seguinte modo³: bem, como Deus *criou* essas verdades, ele poderia ter igualmente feito de outro modo. No *Extrato da Carta ao Padre Mersenne de 15 de abril de 1630*, Descartes parece sugerir essa interpretação ao fazer a analogia com o rei que cria as leis para o povo:

[Deus cria as verdades eternas] assim como um rei imprimiria suas leis no coração de todos os seus súditos, se ele também tivesse esse poder. (GLEIZER (trad.), 2012, p. 208).

Isto é, nessa interpretação, T1 tem como consequência que (T2) é possível que as verdades eternas – ou mesmo as que usualmente denominamos de contingentes – não fossem as atuais. Ou seja, para qualquer proposição, não é necessário que ela seja verdadeira, isto é, (T3) $(\forall m \sim \Box m)$. Ou seja, toda proposição não é necessária (ou nenhuma proposição é necessária). Como a equivalência $(\forall m \sim \Box m) \leftrightarrow (\forall m \Diamond m)$ é válida, segue-se que (T4) $\forall m \Diamond m$.

Assim, toda proposição, segundo a interpretação que estamos descrevendo, é possível. Por exemplo, seja $m_1 = (Pa \wedge \sim Pa)$. Por I.U. de T4, temos que $\Diamond m_1$, ou seja, $\Diamond (Pa \wedge \sim Pa)$, ou seja, $\sim \Box (Pa \wedge \sim Pa)$, uma violação da validade incondicional do PNC⁴.

Dessa maneira, como poderíamos substituir qualquer proposição em T4, não haveria verdades necessárias, isto é, $\sim \exists m (\Box m)$. Rapidamente, podemos ver dois problemas com essa tese.

(i) As verdades eternas não são distinguidas de verdades contingentes.

³ Como o representante dessa interpretação padrão das verdades eternas, conferir *Descartes on the Creation of the Eternal Truths* (FRANKFURT, 1977). Uma exposição sucinta de sua posição, na qual eu me baseio mais, encontra-se em *Descartes on the Creation of the Eternal Truths* (CURLEY, 1984, p. 570). À propósito, sim, os nomes dos artigos são iguais.

⁴ Curley resume de forma sucinta este ponto: “Tome-se qualquer contradição que você queira. Deus poderia tê-la feito verdadeira. Portanto, ela poderia ser verdadeira. Portanto, ela é possível, ainda que falsa. Portanto, tudo é possível, não há verdades necessárias.” (CURLEY, 1984, p. 571, tradução minha)

(ii) Proposições sobre Deus não são necessárias.

Quanto a (i), o raciocínio é o seguinte: como não há verdades necessárias, tanto as verdades eternas quanto as verdades usualmente consideradas contingentes possuem o mesmo estatuto ontológico: elas são verdades contingentes, isto é, elas poderiam ser falsas. No entanto, se assim é o caso, como explicar a clara diferença entre a proposição ‘Um triângulo tem três lados’ e ‘Amanhã, João irá pegar o ônibus errado’? Por enquanto, essa dificuldade será deixada de lado. Com a solução kripkeana das verdades eternas, pretenderei resolvê-la.

Em relação a (ii), podemos proceder isomorficamente ao processo a partir do qual concluímos a contingência do PNC. Seja $m_2 = \text{Deus existe}$. Por T4, temos que $\diamond(\sim m_2)$, ou seja, $\sim \square(m_2)$. Portanto, não é necessário que Deus exista. De fato, essa é uma dificuldade para qualquer interpretação epistêmica sobre as verdades eternas de Descartes. Devo admitir, como uma criança construindo um castelo de areia cujo destino é a destruição pelo mar, que minha solução kripkeana não consegue resolver inteiramente essa dificuldade, no entanto, é um problema a ser pensado posteriormente: se as verdades eternas são contingentes, é possível, de algum modo, garantir a necessidade dos atributos e da existência de Deus?

A proposta de Curley

Tendo descartado a proposta de H. Frankfurt pelas razões expostas acima, Curley pretende oferecer uma interpretação alternativa segundo a qual há proposições necessárias. Sua proposta inicial, muito sagaz, é que embora haja proposições necessárias, não há proposições *necessariamente* necessárias⁵. Assim, Curley não sustenta que toda proposição é possível, não havendo, portanto, necessidade; mas sim que, para toda proposição, é possível que ela seja possível em algum mundo possível, ou seja, (T5) $\forall m \diamond \diamond m$. Isto é, seja m uma proposição qualquer. Por T5, existe um mundo possível w_1 em que é possível que $\diamond m$. De maneira resumida, vou explicar de que modo ainda se pode defender a necessidade (metafísica, não meramente epistêmica) das verdades eternas sem, no entanto, sustentar que elas são necessariamente necessárias⁶.

⁵ Cf. CURLEY, 1984, pp. 579 – 583.

⁶ Para uma explicação muito mais detalhada sobre este ponto sobre o qual irei desenvolver, ver CURLEY,

Primordialmente, a solução interpretativa de Curley tem como fio condutor a consideração sobre diferentes sistemas de lógica modal. De fato, nos sistemas padrão (S4, S5), se uma proposição é necessariamente verdadeira, então ela é verdadeira em todos os mundos possíveis. Logo, não é possível que a negação dessa proposição seja verdadeira em algum mundo possível, ou seja, não existe um mundo possível no qual é possível que a negação de uma proposição necessária seja possível. Expressando de maneira simbólica, $(\Box m \rightarrow \sim\Diamond\sim m) \Rightarrow m \text{ é verdadeiro em todos os mundos possíveis} \Rightarrow \sim\Diamond\sim m \Rightarrow \Box\Box m$ (vale para os sistemas S4 e S5).

Em contraste, os sistemas S6-S8 não permitem essa inferência $(\Box m \rightarrow \Box\Box m)$, pois esses sistemas envolvem a consideração de mundos possíveis não acessíveis a partir de quaisquer outros mundos possíveis⁷. Assim, mesmo que em um conjunto Γ de mundos possíveis $\Box m$, existe algum mundo possível w_1 , não acessível a partir de nenhum elemento de Γ , em que $\sim\Box m$. Logo, $\Box\Box m$ não se segue de $\Box m$ (em um conjunto Γ de mundos possíveis)⁸.

Desse modo, a doutrina cartesiana pode ser entendida do seguinte modo: ainda que as verdades eternas sejam necessárias no mundo atual, e isso *seja* uma necessidade metafísica ($\Box m$), ainda assim, Deus poderia ter criado um mundo possível, **não-acessível a partir dos mundos normais**, em que as verdades eternas não fossem necessárias. Em suma, Curley preserva a necessidade metafísica ao considerar sistemas de lógica modal alternativos, em que a relação de acessibilidade entre mundos possíveis não é trivial. Essa é uma maneira de entender a passagem do *Extrato da Carta ao Padre Mersenne de 15 de Abril de 1630*:

[...] sua potência [a de Deus] é incompreensível, e geralmente podemos verdadeiramente assegurar que Deus pode fazer tudo o que podemos compreender, mas não que ele não possa fazer o que não podemos compreender; pois seria temeridade pensar que nossa imaginação tem tanta extensão quanto sua potência. (GLEIZER (trad.), 2012, p. 208).

Isto é, Descartes aceita que a relação de acessibilidade entre mundos possíveis não

1984, pp. 588 – 592.

⁷ Em S5, por exemplo, a relação de acessibilidade entre mundos possíveis é trivializada, pois qualquer mundo possível é acessível a partir de qualquer outro. Se essa noção caracteriza a possibilidade lógica, eis uma questão que alguém queira se debruçar sobre.

⁸ Certamente, a semântica de mundos possíveis de S6-S8 não é equivalente à semântica em S4 e S5. Por exemplo, $\Box m$ não significa que m é verdadeiro em todos os mundos possíveis, mas sim que é verdadeiro em todos os conjuntos *normais*. No entanto, sempre há algum mundo possível não-normal em que $\sim(\Box m)$. De fato, S6-S8 não parecem capturar aquilo que entendemos pela noção de possibilidade lógica. Se Descartes poderia ser acusado de ilogicismo, eis algo interessante a se perseguir.

é trivial, sendo um corolário da onipotência divina em contraste com a finitude humana, de modo que o estatuto ontológico das verdades eternas continua sendo necessário (necessidade *de re*), mas as proposições que afirmam que as verdades eternas são necessárias não são, elas mesmas, necessárias (necessidade *de dicto*).

Desse modo, a interpretação de Curley parece mais atrativa que a interpretação de Frankfurt. Afinal, enquanto a de Frankfurt não conseguia uma resposta satisfatória para (i)⁹, a interpretação curleyiana consegue diferenciar verdades eternas daquilo que denominamos usualmente de verdades contingentes. No entanto, a interpretação de Curley é uma interpretação *lógica* das verdades eternas: Curley elucida o estatuto modal das verdades eternas pela consideração de sistemas formais de lógica alternativos. Logo, ainda se precisa investigar os aspectos *metafísicos e epistêmicos* sobre a doutrina cartesiana, ponto em que Curley não desenvolve tanto.

Assim, aquilo que quero desenvolver, a partir de agora, é uma interpretação alternativa à curleyiana, que poderia ser denominada como uma variação de uma interpretação epistêmica sobre as verdades eternas. Quero sugerir que uma leitura epistêmica também é compatível com as passagens relevantes de Descartes sobre as verdades eternas, e explicar como a noção kripkeana de verdades contingentes *a priori* é a chave de leitura para tal interpretação¹⁰.

O contingente *a priori* de Kripke

Primeiramente, contudo, façamos uma pequena digressão para entender o que Kripke entendia como verdades contingentes *a priori*. Para isso, aceitemos a distinção que Kripke realiza entre os pares de termos necessário e contingente *a priori* e *a posteriori*. Para ele, cada par desses termos corresponde a categorias distintas: necessidade e contingência são categorias metafísicas, ou seja, algo é necessário se não poderia ser de outro modo, ao passo que a prioricidade e a posterioricidade são categorias epistêmicas,

⁹ Ver página 3, em que coloco os dois problemas da interpretação de Frankfurt.

¹⁰ Curley, surpreendentemente, em uma nota de rodapé, oferece um vislumbre de uma possível interpretação kripkeana das verdades eternas, mas logo a descarta como não sendo natural: “Eu concordo com Kripke que devemos manter a questão da necessidade ou contingência lógico-metafísica separada da questão epistemológica da *a prioricidade* ou *a posterioridade*. Talvez haja verdades contingentes *a priori* e verdades necessárias *a posteriori* [...] Tudo que meu argumento requer, penso, é que deveria ser natural supor que apenas o necessário é capaz de ser conhecido *a priori*.” (CURLEY, 1984, p. 574, tradução minha).

ou seja, dizem respeito ao nosso modo de acesso de certas proposições ou propriedades de coisas, ou seja, uma proposição é conhecida *a priori* se nós podemos conhecê-la independentemente de qualquer experiência particular.¹¹

Assim, uma verdade contingente *a priori* seria uma verdade cujo estatuto ontológico é o da contingência, isto é, essa verdade poderia ser falsa, ao passo que o estatuto epistêmico dessa verdade é *a priori*, ou seja, sabemos que ela é verdadeira independentemente de qualquer experiência. Apesar de parecer uma ideia bastante estranha, o exemplo que Kripke oferece é iluminador.¹²

Nesse exemplo, Kripke toma 'S' como sendo 'a barra de Paris que define o que é 1 metro'. Em primeiro lugar, como nós escolhemos a definição do metro como sendo S, não precisamos observar a barra de Paris para saber que ela tem 1 metro (nesse sentido ela é *a priori*). No entanto, essa definição considera a barra de Paris do mundo atual, não a barra de Paris de outros mundos possíveis, de modo que poderia ser o caso que a barra de Paris, em um mundo possível w_2 , não fosse 1 metro, pois naquele mundo possível a temperatura aumentou 3°C em relação ao mundo atual, de modo que a barra dilatou. Nesse sentido, a sentença 'S tem um metro' é uma proposição contingente, pois ela é falsa em outros mundos possíveis. Tentemos analisar como as verdades eternas poderiam ser ditas também verdades contingentes *a priori*.

A solução interpretativa kripkeana

Assim, segue o esquema de uma solução: como Deus poderia ter criado as verdades eternas diferentemente, Deus tem acesso (diferentemente de nós) a mundos possíveis W_1, W_2, \dots, W_n , em que as verdades eternas são diferentes das atuais. Nesse sentido, elas são contingentes (a partir de uma perspectiva divina). No entanto, a partir de

¹¹ Nessa passagem, Kripke deixa bem claro essa separação: "Primeiro, a noção de *a prioricidade* é um conceito da epistemologia [...] O segundo conceito que está em questão é o de necessidade. Às vezes, ele é usado epistemologicamente e pode significar apenas *a priori*. E, claro, às vezes é usado em um sentido físico quando as pessoas distinguem entre necessidade física e lógica. Contudo, meu foco aqui é uma noção que não é uma noção da epistemologia, mas da metafísica [...]" (KRIPKE, 1996, pp. 36 – 7, tradução minha).

¹² Ver passagem: "[...] o enunciado 'a barra S mede um metro' é uma verdade necessária? [...] Alguém que pense que tudo que se conheça *a priori* é necessário pode pensar: 'Essa é a definição de um metro'. [...] Contudo, parece não haver razões para concluir isso, mesmo para quem usa a definição enunciado de 'um metro'." (KRIPKE, 1996, p. 54 – 5, tradução minha).

nossa perspectiva, como as verdades eternas são inatas¹³, segue-se que nosso acesso a elas é *a priori*. Desse modo, as verdades eternas de Descartes seriam um exemplo de verdade contingente (a partir de uma perspectiva divina) *a priori* (a partir de uma perspectiva humana). Em outras palavras, existem mundos possíveis (não necessariamente logicamente possíveis) em que as verdades eternas não são as mesmas que as do mundo atual. Nesse sentido, as verdades eternas são contingentes *haplôs*. Além disso, não faz sentido em distinguir um acesso de Deus *a priori* e *a posteriori* das verdades; só faz sentido em falar de acessos epistêmicos *a priori* ou *a posteriori* a partir de perspectiva humana. Logo, as verdades eternas são *a priori haplôs*. Por conseguinte, as verdades eternas são contingentes *a priori*.

De fato, a exposição foi apenas esquemática. No entanto, isso tudo é um projeto de linha interpretativa. Essa interpretação ainda não tem uma solução satisfatória para o problema (ii), a saber, se as proposições sobre Deus também são contingentes. De qualquer modo, o problema (i) pode ser resolvido por essa interpretação: a diferença entre as verdades eternas e as verdades como ‘Amanhã um vaso irá cair do décimo andar’ é uma diferença puramente epistêmica: nosso acesso **de direito** (*quid iuris*) às verdades eternas é *a priori*, ao passo que sentenças sobre eventos contingentes (no sentido cotidiano do termo) são *a posteriori*.

No entanto, tanto as verdades eternas quanto as verdades contingentes (no sentido cotidiano do termo) são verdades contingentes *no sentido metafísico*, ou seja, em algum mundo possível elas são falsas. Nessa interpretação, poderíamos fazer a analogia da relação da criação das verdades eternas com, por exemplo, a relação do programador de jogos virtuais com o *mundo* criado dentro daquele jogo virtual. Para isso, criemos um jogo.

Nós, sendo programadores, iremos criar um jogo em duas dimensões. Além disso, o espaço do jogo será discreto, e não contínuo. Os únicos movimentos que os jogadores podem realizar, digamos, é ir para frente ou ir para trás. Suponhamos que os jogadores desse jogo fossem entidades criadas dentro do jogo (e não pessoas que o jogam através de algum dispositivo). De fato, esses jogadores apenas teriam acesso à noção de um espaço bidimensional, discreto, e à noção de translação em apenas uma direção. Nesse

¹³ Sobre as verdades eternas serem *a priori*: ‘Ora, não há nenhuma delas em particular que não possamos compreender, se nosso espírito se dirige a considerá-la, e todas são *mentibus nostris ingénitae* [inatas em nosso espírito] [...]. (GLEIZER (trad.), 2012, p. 208).

sentido, essas características do jogo são *implantadas* no modo de ser dos jogadores possíveis daquele jogo, ou seja, que o espaço tenha essas características é condição formal de qualquer experiência possível deles (a intuição pura do espaço virtual?). Por conseguinte, a sentença ‘o espaço tem duas dimensões’ é conhecida *a priori* pelos avatares do mundo jogado. No entanto, o programador *escolheu* criar o jogo com duas dimensões. De fato, ele poderia ter criado um jogo com três dimensões. Na verdade, um ano depois o programador fez um jogo de realidade virtual de três dimensões.

Nesse sentido, ‘o espaço tem duas dimensões’ é contingente. Obviamente, tal analogia é limitada: Deus não é temporal e seus atos são simples. Analogias perfeitas, contudo, não são analogias, apenas descrições. Dito isso, deixo uma trilha a ser percorrida nesta interpretação kripkeana: como resolver a contingência da existência de Deus (*se é possível resolver*), e como entender a possibilidade divina de criar outros mundos, dada a simplicidade divina entre vontade, entendimento e criação.

Alguém ainda poderia objetar: é difícil crer que Descartes tenha sequer considerado a possibilidade de verdades eternas serem contingentes *a priori*: é possível, e provável, que ele não concebesse essas duas noções claramente separadas; ou ele poderia considerar insensato separá-las de todo modo. O objetor poderia ir mais além: mesmo que Descartes *defendesse* tal concepção das verdades eternas, ela aparece apenas marginalmente em algumas cartas. Como essa doutrina não aparece explicitamente nas *Meditações* nem sequer no *Discurso do Método*, não se deve dar peso interpretativo no sistema cartesiano à criação das verdades eternas.

Respondo: ainda que Descartes, ele mesmo, possa não ter desenvolvido até suas últimas consequências a doutrina, é possível que ela tenha implicações que apenas agora, com o aparato lógico-conceitual disponibilizado pela filosofia contemporânea, possamos compreender. Assim, a estranheza com que demais filósofos contemporâneos de Descartes – e posteriores – confrontaram a tese da criação das verdades eternas poderia ser explicada por suas implicações kripkeanas – que ainda causam perplexidade no meio filosófico – no campo da metafísica e da epistemologia. Desse modo, poderíamos entender a indignação com a tese cartesiana em comparação com a tese kripkeana e, de maneira mais ampla, uma rejeição de um certo *modo* de conceber a filosofia. Quanto à objeção acerca da relevância da doutrina das verdades eternas para a filosofia cartesiana de maneira geral, respondo: *ainda que* Descartes possa não ter dado peso a uma certa tese,

será que nós, reconstruindo o pensamento cartesiano, estamos autorizados a fazer tal julgamento sem antes investigar as implicações dessa tese de maneira mais geral? Se o que defendi até agora estiver correto, a doutrina cartesiana da criação das verdades eternas possui implicações que vão muito além de seu escopo inicial, promovendo mudanças no modo de se pensar a lógica, a matemática, colocando questões que oferecem um novo olhar sobre as obras cartesianas anteriores¹⁴.

Referências Bibliográficas

CURLEY, E. M. Descartes on the Creation of the Eternal Truths. *The Philosophical Review*, vol. 93, No 4, pp. 569 – 597, 1984.

FRANKFURT, H. Descartes on the Creation of the Eternal Truths. *The Philosophical Review*, vol. 86, No I, pp. 36 – 57, 1977.

GLEIZER, M. A. et al. *Verdade, conhecimento e ação: Considerações acerca da Doutrina Cartesiana da Livre Criação das Verdades Eternas*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, pp. 183 – 198.

GLEIZER, M. A. (trad.). Textos de Descartes sobre a livre criação das verdades eternas. *Analytica*, vol. 16, No 1-2, pp. 207 – 219, 2012.

KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. 9 ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

¹⁴ Como visto, nenhuma interpretação (nem a que propus) conseguiu responder satisfatoriamente qual seria o estatuto das proposições sobre Deus. Não será isso um indício da incompatibilidade entre a tese da criação das verdades eternas e a necessidade da existência divina?